

*Artigo

Vitórias que faltam para o título na copa dos resíduos sólidos

Terminada a Copa do Mundo, o Brasil enfrentará um de seus maiores desafios no decisivo campeonato da sustentabilidade: dia 2 de agosto, a Lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, completará quatro anos de vigência, desde a sua sanção em 2010. Na oportunidade, segundo estabelece, deveriam estar erradicados todos os lixões no País. No entanto, pelo menos metade dos 5.565 municípios sequer concluiu seus planos, descumprindo o prazo.

É muito importante acelerar o processo para recuperar esse atraso, considerando o significado da correta destinação dos resíduos sólidos para a qualidade da vida. Além disso, verificam-se avanços significativos nos serviços de limpeza pública e coleta, que precisam ser devidamente acompanhados na ponta da deposição final. Um exemplo dessa melhoria observa-se por ocasião da Copa do Mundo. Em todo o País, deverão ser geradas 15 mil toneladas adicionais de resíduos sólidos urbanos, incluindo o total inerente ao turismo, estádios e Fan Fests nas cidades-sede.

Felizmente, essa grande demanda extraordinária tem sido atendida com eficácia, como se observa em alguns casos pontuais. As partidas realizadas na arena Mané Garrincha, no Distrito Federal, resultaram em mais de 43 toneladas. As cidades em que se estima maior geração total são Brasília (1.827,66 toneladas), São Paulo (1.681,20), Rio de Janeiro (1.616,63) e Fortaleza (1.467,16).

A Vila Madalena, bairro da capital paulista que apresenta concentração de milhares de pessoas, incluindo torcedores estrangeiros, nos dias de jogo é recoberta de resíduos após as partidas. Porém, os serviços de limpeza e coleta têm restabelecido com agilidade a sua limpeza. Este caso específico de São Paulo é emblemático, pois na cidade já não existem lixões. Todo o rejeito tem sua disposição final em aterros sanitários, como define a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O município aprovou no início de 2014 seu Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que se encontra em execução e tem total aderência à Lei Federal de Saneamento Básico e às políticas nacionais da área; Mudanças do Clima; e Educação Ambiental. Dentre as medidas previstas, destacam-se: construção de aterros sanitários, estações de transbordo e ecopontos; expansão da coleta seletiva e de estações de triagem; e projetos- pilotos de compostagem doméstica.

Avanços tecnológicos disponibilizados pelas empresas concessionárias dos serviços de limpeza e coleta alinham a cidade ao que há de mais moderno. Incluem-se nisso equipamentos como uma estação de transbordo que opera à pressão negativa, garantindo o total tratamento do ar que vai para o entorno, e projetos-pilotos de coleta mecanizada subterrânea e de superfície, com os mesmos equipamentos utilizados em Barcelona, na Espanha. Recentemente, inaugurou-se a primeira Central Mecanizada de Triagem, que traz ao País a mais avançada tecnologia hoje disponível (alemã, francesa e espanhola) para otimizar a reciclagem.

É preciso disseminar esses avanços por todo o Brasil e agilizar a erradicação dos lixões, recuperando-se o tempo perdido. Tais providências garantirão uma grande vitória na área ambiental e melhoria das condições da vida nos centros urbanos. No tocante aos resíduos sólidos, já vencemos importantes e difíceis jogos. Agora, precisamos ganhar o campeonato!

Ariovaldo Caodaglio, cientista social, biólogo, estatístico e pós-graduado em meio ambiente, é presidente do SELUR (Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo).

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II - Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (55) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Areadopólis, Nordestândia, Nova Marília, Santo Afonso,
Barra do Bugre, Campo Novo do Parede e Sapezal.
Tragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabíola Tormes

CONTATO

da@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Gean Michel Lourenço Costa

Renan Bezerra do Nascimento

Reinaldo Manariem Neto

CONTATO

diariodaserra@serra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

Diário da Serra Editora e Publicadoras Ltda

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01

CNPJ 10.285.184-0001-37

PUBLICIDADE LEGAL

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.133-0001-07

GRÁFICA

Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W

CNPJ 01.828.544-0001-08

CONTATO

diariodaserra@serra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Nova data

Mais de quatro meses após expirar seu prazo original de execução, as obras do metrô de superfície VLT em Cuiabá tiveram o primeiro termo aditivo ao contrato. O aditivo serve mais como formalidade, uma vez que visa apenas oficializar a nova data divulgada pelo governo do estado para o fim dos trabalhos, em dezembro deste ano, prazo do qual até o próprio governador Silval Barbosa (PMDB) já admitiu ter perdido o controle diante do atraso nos serviços. A assinatura do aditivo ao contrato do VLT já era esperada desde o ano passado. Primeiramente, a Secopa admitiu a possibilidade de não entregar a totalidade do projeto dentro do prazo. Depois, o governo chegou a anunciar que o novo sistema estaria ainda em fase de testes durante o evento mundial e em seguida reconheceu a impossibilidade de o projeto ficar pronto antes de 2015. E desde a mudança de perspectivas para a obra, era aguardada a publicação de um termo aditivo ao contrato com o Consórcio VLT que oficializasse um novo prazo.



Emprego

O Sistema Nacional de Emprego (Sine) está cadastrando pessoas para ocuparem as vagas de empregos oferecidas pela loja de departamentos, que está sem instalando em Tangará da Serra com previsão para inaugurar no final do mês de setembro. Além dessas, o Sine ainda está ofertando vagas em diversos seguimentos.

Vagas I

A loja de departamentos está oferecendo 200 vagas e às entrevistas com os candidatos acontecem até a próxima semana. Após a escolha dos classificados, os contratados serão enviados a Várzea Grande onde passarão por um treinamento de quase trinta dias, retornando para a inauguração da loja.

Vagas II

Para esta empresa estão sendo oferecidas vagas para vendedores, coordenadores de setores, operadores de caixas, crédito e cadastro etc. Os interessados devem procurar o Since, que funciona no prédio da antiga prefeitura, das 7h às 10h e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, munidos de documentos pessoais.

Dificuldades

Segundo a secretária Hiara Hernandes, para preencher essa e outras vagas, o Sine está encontrando dificuldades, devido a falta de qualificação dos candidatos. "As empresas buscam funcionários com no mínimo o segundo grau de formação escolar e muitos que procuram pelas vagas deixaram de estudar antes de concluir o ensino fundamental".

*Bastidores da Política

Ranking negativo

O Estado de Mato Grosso é o 10º do país em número de candidatos enquadrados na Lei Complementar nº 135, a Lei da Ficha Limpa. O levantamento é da Folha de S. Paulo e foi divulgado no fim de semana. São 14 candidaturas enquadradas na norma, que foi aprovada em 2010 e será aplicada pela primeira vez.

Deputados

O primeiro da lista entre os candidatos às proporcionais é Waldir Bento da Costa (PMDB), atual vereador e presidente da Câmara de Várzea Grande, que concorre ao cargo de deputado estadual. O segundo é Silvano Ferreira do Amaral (PMDB), ex-secretário de Finanças e Orçamento de Sinop, que foi condenado por irregularidades.

Majoritárias

Já os candidatos nas majoritárias que aparecem enquadrados na Lei da Ficha Limpa são o senador Jayme Campos (DEM), que concorria à reeleição e o deputado estadual José Riva (PSD), candidato ao Governo do Estado, que é citado por possuir quatro decisões judiciais colegiadas de condenação pela prática de atos dolosos.

Cassado

O deputado federal Júlio Campos (DEM) teve o mandato cassado, por maioria, pelo Pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT). Os juízes Agamenon Alcântara Moreno Júnior e Pedro Francisco da Silva e a desembargadora Maria Helena Póvoas seguiram o entendimento do relator, José Luiz Blaszak, que já havia votado pela cassação de Júlio.

Lista

Na sequência está Maria Izaura Dias Afonso (PDT), ex-prefeita de Alta Floresta, candidata a deputada estadual. Em seguida está Meraldo Sá (PSD), Nelci Capitani (PSD), ex-prefeita de Colniza, o ex-prefeito de Barra do Garças, Zózimo Wellington Chaparral Ferreira (PC do B) e José Domingos Fraga (PSD).

Acusação

O parlamentar era acusado de arrecadação ilícita de recursos de campanha (Caixa 2) e captação ilícita de sufrágio, por supostamente ter comprado votos de eleitores na campanha de 2010, ocasião em que foi eleito com mais de 72 mil votos. Segundo o MPE, a compra ocorria por meio de vale-compras e vale-combustíveis.

Mais

Ex-prefeito de Araputanga, Airton Rondina Luiz (PSD), também candidato a deputado estadual, teve contas rejeitadas e ficou inelegível. Os últimos três nomes – Valdir Mendes Barranco (PT, Nova Bandeirantes), José Antunes França (PSD, Castanheira) e Altir Antônio Peruzzo (PT, Juína) – também são ex-prefeitos que tiveram contas rejeitadas.

Multa

Além da cassação, o então juiz e relator da representação, José Luiz Blaszak, votou pela aplicação de multa de 50 mil UFIR (cerca de R\$ 53 mil) e a ilegitimidade de Júlio Campos pelos próximos oito anos. Em relação a este mesmo caso, também tramita uma representação criminal contra o deputado, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Ilustração: Renan Guzetto

